

Movimentos Sociais: interfaces entre a Geografia e as Ciências Sociais

Social Movements: Interfaces between Geography and Social Sciences

Erika Vanessa Moreira

Lucas Loureiro Leite

A presente nota tem como recorte analítico compreender os movimentos sociais nas interfaces entre a Geografia e as Ciências Sociais. Utilizamos, para subsidiar essa reflexão, autores como: Gohn (2014), Fernandes (2005), Sobreiro Filho (2015) e Abers; Bulow (2011) para contextualizar os movimentos sociais no cenário brasileiro e latino-americano.

Buscamos debruçar sobre o debate dos movimentos sociais considerando a recente atenção que a imprensa, o campo político e a sociedade civil deram a diferentes tipos de manifestações nos anos de 2013, 2014, 2015, e 2016. Um exemplo seria o trabalho de Sobreiro Filho (2015) sobre o movimento Passe-Livre em São Paulo. Para almejar um diálogo profícuo entre Ciências Sociais e Geografia iniciamos nossa base com o geógrafo Porto-Gonçalves (2003, p. 3), ao ressaltar uma reflexão da Geografia a partir do movimento, da ação, considera que “o próprio Estado Moderno pressupõe o espaço geográfico, por meio do território.” Ora por uma historicidade, ora pela disputa de poder dentro dos territórios, as atuais formas de organização e manifestações sociais estimulam a reflexão sobre temas consolidados e para a compreensão da relação sujeito-espaço (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Apontamos, inicialmente, como o conceito de Movimento Social é apreendido, em linhas gerais, no campo sociológico: “[...] os movimentos sociais têm sido compreendidos como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes”. (ABERS;

BULOW. 2011. p. 53). Esse é o ponto importante na relação geografia e Ciências sociais no estudo dos movimentos sociais, ou seja, a ação e os objetivos comuns.

A primeira obra de referência utilizada nessa nota é o de Maria da Glória Gohn (2014). Buscamos extrair a importância dada aos movimentos sociais urbanos e rurais durante o período de 1970 até 1990. E, assim, compreender como os movimentos sociais atuais têm ou não influências de movimentos sociais pretéritos. A análise da referida autora envolve uma análise sobre os movimentos sociais no contexto brasileiro, com enfoque nos espaços urbanos. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os movimentos sociais surgiam a partir de organizações locais como, por exemplo, associações de moradores de bairro. No início da década de 1980, os movimentos surgiam com pedidos de direitos sociais tradicionais: como o direito à vida, à alimentação ou abrigos, reflexo do período anterior. No decorrer da década, a população mobilizava-se por direitos sociais modernos como liberdade e igualdade. Ocorreu então, um direcionamento para pautas “éticas”, como o exemplo do combate à corrupção como as “Diretas Já” de 1984.

A década de 1980 foi um período de redemocratização do país e de dificuldades econômicas e sociais, os movimentos sociais no Brasil tinham dúvidas se deveria continuar em pedir mudanças e transformações políticas. Os movimentos anteriores se caracterizavam por ter exigências relacionadas ao trabalho, e condições de vida da população, e ainda na década de 1980 a pauta se direciona para “cidadania” e “exclusão social”. Com a crise econômica que solapava a população, milhares de pessoas passaram do emprego formal para o informal; além de jornadas de trabalho mais extensas e precarização das relações de trabalho. As ONGs (entidades sem fins lucrativos) aparecem como um elemento novo no debate sobre movimentos sociais.

Na década de 1990, segundo Gohn (2014), com a competitividade mais intensa no cenário mundial, o Brasil passava por um momento com altas taxas de desemprego, trazendo insatisfação e insegurança popular. Enquanto as organizações mais tradicionais da cidade não tinham apoio como sindicatos,

o MST¹ (Movimento Sem Terra) recebia popularidade. Contudo, este apoio da cidade ocorria por acreditar que a reforma agrária iria diminuir a pobreza dos centros urbanos. As ONGs se tornam uma ponte entre demandas populares e o governo, sendo inicialmente mais simples e pontuais, até se tornarem grandes grupos de assistência em várias cidades². Como citado anteriormente, o debate sobre cidadania e exclusão social se intensificou neste momento por uma parcela da população, se tornando pauta de clamor social.

Nos anos 1990, a arena de negociações entre sociedade civil e Estado abriu novos canais de diálogo. As negociações substituíram a força dos movimentos sociais de décadas anteriores. Como apontado pela análise autora, o Estado tem estreita relação com o reconhecimento, apoio e poder diante da população de um movimento popular. Mesmo que estes possuam origens e características divergentes e objetivos e métodos diferentes de ação, estão em busca de um tipo de “poder”. Logo, como se visualiza a “territorialidade” pela disputa pelo poder? A construção do Estado-Nação é resultado da disputa entre organizações políticas (BOGO, 2008). As transformações decorrentes das ações por membros da sociedade, ou de grande parte da população são resultantes do sucesso de uma estratégia. Não se podem entender os movimentos sociais distante da análise histórica das lutas por território. O contexto de análise do trabalho de Gohn (2014) se caracteriza com o poder militar, a disputa de partidos políticos e grupos organizados mais tradicionais como Sindicatos. Contudo, outros tipos de manifestações populares revelam a complexidade do debate sobre os rumos da sociedade brasileira – estes estarão presentes na disputa por território no campo social.

A seguir, propomos debate e reflexão sobre os conceitos centrais dos autores. O primeiro é o espaço. Este, segundo Fernandes (2005), é considerado dotado de “composicionalidade”, ou seja, “compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem” (FERNANDES, 2005, p.26). Sendo também completo: as dimensões sociais e geográficas completam dentro do espaço. De acordo com o autor, o espaço tem origem na

¹ Criado em 1979.

² Algumas com pautas específicas como “Viva Rio”; “Movimento Nacional dos Meninos de Rua” ou “Ação da Cidadania contra a miséria e pela Vida”.

natureza, sendo modificado e construído pelas relações humanas. Entendemos como “produto e produção”. Assim, é necessário compreender que “as relações sociais, muitas vezes, realizam leituras e ações que fragmentam o espaço”. (FERNANDES, 2005, p.27). E complementa, com base em Milton Santos (2005), que o espaço, por ser fragmentado, contém também uma “intencionalidade”, determina-se como deve ser visto, limitando a totalidade como “uma” parte. Porém, este espaço depende de uma receptividade, que envolve formas de poder e de controle. Esses dois movimentos determinam “a representação do espaço” (FERNANDES, 2005, p. 27): “A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, todavia uma, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade”.

Como dito, a intencionalidade que definirá e limitará a visão sobre o espaço total. Porém, esta pode ser dominante ou não, e assim, existindo diferentes leituras possíveis, que competem entre si. Os diferentes movimentos sociais, dependendo de suas reivindicações, assim como sua intencionalidade com o espaço – sendo parte da leitura hegemônica ou não – serão aceitos ou rejeitados pelos membros da sociedade, como também pelas instituições estruturais existentes como o poder estatal (uso da força policial), a igreja ou a comunidade acadêmica.

Outro conceito abordado por Fernandes (2005) é o território³, que se concebe como um espaço que é dominado por uma determinada relação social – que age de forma parcial, se colocando como um todo – e que impõe poder. O território também é composicional e completivo aos espaços, está dentro do espaço – considerando todas suas esferas e análises: geográfica, social, cultural, político, econômico etc. Contudo “os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico”. “Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis”. (FERNANDES, p.28, 2005)

A partir do exposto acima sobre a abordagem dos conceitos do referido autor, este aponta a existência de diferentes tipos de territórios – imateriais e

³ Vásquez Cardona, D.; Sobreiro Filho, J. debatem o conceito de território como elemento de compreensão da noção de popular e contribuir para a análise dos movimentos sócio-territoriais na América Latina.

materiais. Relacionando a intencionalidade do espaço com a criação de territórios, e que se conflitam para determinar como o próprio espaço deve ser visto. Logo, “a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos.” (Fernandes, 2005, p.28). Revela-se, portanto, a complexidade presente na constituição de territórios – também sendo possível a reterritorialização e desterritorialização – com influencia direta por forças políticas; econômicas e/ou de imposição cultural. Ou seja, um território só será construído se for destruindo o anterior. É um devir.

Desta forma, os diferentes movimentos sociais podem ser diferenciados em sócio-territoriais ou sócio-espaciais (FERNANDES, 2005). Sendo todos espaciais, mas nem todos territoriais justamente que estes movimentos se dedicam e tem única razão de existir sobre um território – se utilizando da ação de desterritorialização ou reterritorialização. Os movimentos sócio-espaciais são importantes para entender sua marca na história e memória de um povo, eles existem em determinado momento, por seus motivos para com a construção de territórios imateriais. Forças políticas, culturais, econômicas podem contribuir, ou não, para se conquistar territórios materiais – sindicatos, partidos políticos, instituições religiosas. Alguns movimentos sócio-territoriais (Movimentos de camponeses, indígenas ou Movimento dos Sem Teto) estão presentes constantemente durante os anos para demonstrar a dificuldade de se delimitar sua vontade em um espaço – sendo o território seu objetivo final, e central.

Segundo Vásquez Cardona, Sobreiro Filho (2016), para compreender os movimentos é necessário estabelecer um debate para entender como cada ação política de cada grupo (sendo subalterno) organizado tem uma relação com a apropriação, exploração, a dominação e suas formações culturais. Ou seja, cada movimento social deve ser entendido também no seu nível de “autonomia” e “autoconsciência” (VÁSQUEZ CARDONA, SOBREIRO FILHO, 2016). Segundo Fernandes (2015), a característica imaterial do território é fruto de disputas sobre diferentes intencionalidades de seus atores. E é exatamente nos momentos de crise que os países e populações ficam mais vulneráveis e sensíveis às manifestações. Resulta-se, assim, na “disputa dentro da

sociedade civil e a sociedade política para a configuração das hegemonias e formas de existir das comunidades e os povos dentro do Estado-Nação”. (VÁSQUEZ CARDONA; SOBREIRO FILHO, 2016, p.163).

As “redes sociais *online*” entram no debate no período contemporâneo justamente como um elemento dos “novos movimentos sociais”. Estes, que buscam, entre outras demandas, a afirmação de identidades, e inovação cultural (ABERS; BULOW, 2011, p.55) – e que coexistem com os já comentados “velhos movimentos sociais”. É a partir desta categoria que se pode delimitar com mais facilidade a escala dos movimentos sociais nas sociedades atualmente, que tem como característica a socialização política pela análise de Abers; Bulow (2011). Fernandes (2005) destaca que os movimentos sociais ultrapassam a esfera do espaço social, pois a ação destes tem como objetivo a transformação do espaço – com contradições e dentro de uma totalidade. E, além disso, a análise se complexifica ao considerar que os sujeitos que se relacionam (pela rede social *online*), dentro movimento socioespacial, terão destaque pela sua forma de organização e não exclusivamente pela origem de suas exigências na sociedade e com o Estado. Os movimentos sociais precisam ser vistos de forma separada de “ativismos sociais”. As autoras Abers; Bulow (2011), debatem sobre como estes podem ser identificados. E apontam algumas características do contexto latino-americano e brasileiro para os movimentos sociais. O primeiro é o conceito de “sociedade civil”, que se baseia na proposta de grupos distantes, em certo nível, do Estado e do Mercado. Desta forma, são mais próximos de uma “autonomia” e de uma “liberdade comunicativa – por também possuírem redes entre seus indivíduos”. (HABERMAS, 1984 apud ABERS; BULOW, 2011, p.57). Contudo, a principal crítica se deve que alguns grupos sociais se relacionam com o mercado, e não é possível estar completamente separado destas esferas para a conquista de ações públicas específicas, e demandas sociais exigidas pelo movimento.

A outra análise possível se desenvolve pelo que elas apresentam como “Política do conflito”. Na qual os movimentos que não possuem esta relação não são considerados na análise – por exemplo, aqueles que questionam padrão de consumo e de cultura. Assim como a possível presença de ativistas

em cargos públicos, em contato com os movimentos sociais é um elemento de forte importância para a conquista de demandas. Os grupos, que são considerados transgressores, estão em oposição ao Estado – sendo outro motivo de críticas. Desta forma, se limita muito a análise de movimentos sociais atuais para sua relação com os sistemas governamentais. O último ponto de destaque do texto das autoras se deve aos movimentos sociais e sua relação com o Estado, e é exatamente isso que ocorre no Brasil e na América Latina, em que estas fronteiras são ultrapassadas, seja pela relação com cargos do governo por militantes de movimentos sociais, seja também na influência que isso produz nos partidos políticos e a visibilidade pela população, assim como aqueles movimentos socioespaciais ou socioterritoriais que possuem debates e objetivos mais relacionados com a cultura e a identidade. Como citado anteriormente, a relação com as redes sociais *online*, permitiu a discussão sobre redes e os indivíduos sobre o espaço e o território geográfico – garantindo assim desenvolver e ampliar conceitos: “(...) as redes que formam movimentos sociais não são dadas pela estrutura social, mas são criadas a partir de escolha dos atores. Os vínculos existentes são, assim, carregados de significados (WHITE, 1992) que possibilitam que os atores se reconheçam como parte de uma mesma ação”. (ABERS; BULOW, p. 76, 2011).

Como então podemos entender os movimentos sociais que tem a internet como meio de difusão de informações, interação em tempo real e na transescalaridade local-global (FILHO, 2015, p. 14) suas características fundamentais? Como estas redes possuem relevância para a relação com o Estado, assim como para pautas de movimentos socioterritoriais mais antigos?

Concluimos essa nota com os seguintes questionamentos: Como as recentes manifestações sociais (sejam socioespaciais ou socioterritoriais), feitos por estudantes, grevistas, mulheres, partidos políticos (em uma parte), podem ter voz com e contra o Estado? Considerando que a disputa pelos territórios imateriais (em alguns casos, elemento importante para o movimento social) em um contexto de globalização exige uma constante dinamização destas relações sociais. O uso da ferramenta virtual das redes sociais permite de fato a conexão com grupos mais tradicionais de movimento sociais?

Referências Bibliográficas:

ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n.28, p.52-84, Dez. 2011.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15175222011000300004&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 18/09/2016.

BOGO, Ademar (Org.). **Teoria da organização política III**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOHN, M. G. M.. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 11ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, janeiro-junho de 2005.

FILHO, José Sobreiro. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. **GeoGraphos**. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 6 de enero de 2015, vol. 6, nº 73, p. 1-29.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. **Programa OSAL**. 2003. 288 p. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf> Acesso em 08/09/2016

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: **Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2005. p. 61-87.

VÁSQUEZ CARDONA, D.; SOBREIRO FILHO, José. Os movimentos socioterritoriais: Entre as classes e os movimentos populares. **Revista Nera**, n.15 v. 04, 2016.